

PETIÇÃO n.º 13/2016

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa

Arq. Helena Roseta

Assembleia Municipal de Lisboa

Avenida de Roma, n.º 14 – P – 2º

1000-265 Lisboa

Lisboa, 13 de Setembro de 2016

Assunto: Entrega de Petição referente à preservação dos Brasões na Praça do Império.

Exma. Senhora

Ao abrigo do Art.º 85 (Direito de Petição) do Regimento da Assembleia da Municipal de Lisboa, vem este grupo de cidadãos apresentar a V. Exa. a Petição para a Preservação dos Brasões da Praça do Império e assim expressar a nossa indignação quanto ao facto de como este assunto foi tratado não tendo em conta a história e memória de Portugal.

Vimos assim, com a apresentação desta Petição, solicitar que a mesma seja acolhida nessa Assembleia Municipal, e alvo de audições em sede das Comissões Permanentes, que V. Exª entenda, nomeadamente: 4ª Comissão Permanente – Ambiente e Qualidade de Vida e na 7ª Comissão Permanente – Cultura, Educação, Juventude e Desporto, dado que o Património Cultural tem por missão assegurar o cumprimento salvaguarda, valorização e divulgação do Património Cultural Imaterial.

Com os nossos cumprimentos

Rafael Pinto Borges



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT. 2680/SG/DAOSM/GAAM/ 16

DATA 13/09/16

Responsável de Arquivo

15:40



Apoie esta Petição. Assine e divulgue. O seu apoio é muito importante.

Preservar a Praça do Império é defender a Portugalidade

Para: Assembleia Municipal de Lisboa

A Nova Portugalidade, grupo de cidadãos que visa o estudo, promoção e defesa do património material e espiritual da Portugalidade, lastima a decisão, anunciada ontem por diversos órgãos de comunicação social, de remover da Praça do Império o conjunto de brasões florais que presentemente a adornam. A Câmara Municipal de Lisboa, iniciadora do processo, fá-lo precipitadamente, pois não podemos – não no-lo permitiria a fé que temos nessa alta instituição - crer que o faça por preconceito ideológico e em atentado à nossa memória colectiva. Parece claro, contudo, que a decisão obedece à visão, aliás conhecida e insistentemente difundida, de importantes responsáveis camarários para o local. Ora, os canteiros alusivos às antigas províncias portuguesas do ultramar não são marca de anacronismo, mas dessa história que a Praça evoca e deve celebrar.

Os canteiros floridos da Praça do Império são, pese embora o desprezo que lhes parecem votar alguns espíritos menos avisados, um símbolo vivo, actual, da viva e actual globalização portuguesa. Representam-se ali, com os seus brasões de armas, os pedaços de Portugalidade que mais longamente se mantiveram ligados entre si; hoje, o jardim é testemunho forte de uma aventura colectiva que marcou o nosso passado e pode bem determinar o nosso futuro. Como atestado pelas impressivas manifestações de carinho com que os povos da Portugalidade nos brindaram aquando do Euro 2016, o mundo português é bem mais que um slogan: o largo espaço que os portugueses descobriram, habitaram e abraçaram é uno no sentimento que lhe é comum, fecundo nos benefícios que promete e sólido como fórum alternativo de afirmação do Estado português. É hoje tão actual como em 1500.

Não pode existir argumento financeiro, estético ou histórico que concorra para a destruição de algo tão belo e pleno de significado. Se avançar com o projecto de requalificação agora aprovado para a Praça do Império, a CML cometerá um crime contra Lisboa, o património nacional e a profunda amizade que mantemos com os povos da Portugalidade. Mais, tratar-se-ia de um crime contra a História e, portanto, contra o próprio país. O povo português, residente ou não em Lisboa, não pode permitir semelhante barbaridade. A Câmara Municipal de Lisboa, crêem os signatários, também não. A Praça do Império, com tudo o que nela sugere a grandeza passada e potencial futuro do país, não pode ser devorada pela falsa religião do progresso.

Pela memória,
 Rafael Pinto Borges, Fundador da Nova Portugalidade
 Abel Matos Santos, Psicólogo clínico
 Ana Cristina Pinto, Escritora
 António Carvalho Capela, Economista
 Alexandre Franco de Sá, Professor Universitário
 Aline Gallasch-Hall de Beuvink, Professora universitária e historiadora
 Benigno Guterres, Estudante timorense residente em Lisboa
 Carlos Fino, Jornalista
 Eurico Barros, Crítico de cinema
 Fernando Ribeiro Rosa, presidente da Junta de Belém
 Filipe Anacoreta Correia, Jurista e deputado do CDS – Partido Popular
 Francisco Quelhas Lima, presidente da AE da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto
 Hugo Dantas, Jurista
 Isabel Santiago Henriques, Fotógrafa e assistente de realização
 Jaime Nogueira Pinto, jurista, professor universitário, escritor
 Joaquim Magalhães de Castro, Fotógrafo e escritor
 José António Rodrigues Pereira, Oficial superior na situação de Reforma, investigador de história marítima
 João Borges, Designer e museógrafo
 Luís Bonifácio, Engenheiro
 Luis Farinha Franco, Assessor do Ministério da Cultura, heraldista
 Mamede Broa Fernandes, Estudante
 Manuel Azevedo Graça, Historiador da Arte
 Manuel Ribeiro de Faria, Oficial Superior na Reserva, ex-director do Museu Militar
 Marcelo Mendes Pinto, Arqueólogo e investigador
 Maria do Guadalupe Mègre Pinto Teixeira, Jurista, quadro superior dirigente da ONU
 Mário Cunha Reis, Engenheiro
 Pe. Mário Tavares de Oliveira

Assinaram a petição

1.896 PESSOAS

[Assinar Petição](#)

O seu apoio é muito importante. Apoie esta causa. Assine a Petição.

[Algumas razões para assinar.](#)
[O que dizem os outros signatários](#)

[Tem um blog ou site? Adicione este módulo. Participe na divulgação.](#)

Petição criada por:

[Contactar Autor](#)